

Agricultura vai receber o maior aumento do plano de investimento do Estado

Educação, Cultura e Trabalho são outros dos ministérios ganhadores. Pelo contrário, Obras Públicas, Economia e Ciência saem a perder

RUI PERES JORGE*
rperes@negocios.pt

A Agricultura é o ministério que este ano receberá o maior aumento nas verbas de investimento, através do PIDDAC - o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Além de António Serrano, vão receber mais dinheiro a Educação, a Cultura e o Trabalho. Em contrapartida, ficarão com menos margem de investimento os ministérios das Obras Públicas, da Economia e da Ciência, apurou o **Negócios**.

Ao contrário do que vem sendo habitual, este ano, a elaboração do Orçamento tem estado rodeada de enormes indefinições. As habituais negociações entre ministros, já de si difíceis, juntam-se as intensas reuniões entre Governo, o PSD e o CDS-PP para se consensualizarem algumas prioridades para 2010. Tudo indica que haverá uma maratona, durante várias noites no Ministério das Finanças para ter o documento pronto a horas. E, até terça-feira, ninguém põe as mãos no fogo por valores finais nas várias rubricas.

O que parece já certo, e muito agradável a um dos partidos que mais activamente se tem empenhado em conseguir um acordo negocial, o CDS-PP, é o reforço significativo das verbas para a Agricultura. Paulo Portas, que fez um ataque cerrado ao anterior ministro Jaime Silva, e elevou o sector a bandeira programática do partido, tem razões para ficar satisfeito com a subida da dotação na ordem dos 10%. Até porque serão precisas verbas para garantir as ajudas que este mês foram prometidas aos agricultores afectados pelos temporais das últimas semanas.

Outro sector que ganha é o de Gabriela Canavilhas. Sócrates vai dar mais dinheiro à área da Cultura, depois de há uns meses ter confessado que foi um erro tê-la negligenciado.

Do lado dos perdedores, a descida

Tal como aconteceu no ano passado, o Governo poderá retirar novas despesas do PIDDAC, o que dificultará as comparações.

da da dotação do Ministério das Obras Públicas não deverá ter expressão na realização dos grandes projectos de investimento. Tanto as novas estradas, como o aeroporto e o TGV tem financiamento garantido através de parcerias público-privadas (PPP).

Questões contabilistas poderão fazer variar valores de PIDDAC

Tal como noticiado pelo **Negócios** há uma semana, a verba total do PIDDAC vai sofrer um corte de entre 10% a 15% em relação à dotação do ano passado, considerado o método de contabilização da despesa usada em 2009.

Porém, segundo apurou o **Negócios**, o valor que surgirá terça-feira no documento poderá ter valores que aligeiram esta queda uma vez que estão a ser estudadas alterações contabilísticas que retirarão do universo do PIDDAC algumas rubricas de despesa que foram inscritas em 2009. Na prática, trata-se de estender a outras despesas o mesmo método aplicado o ano passado às despesas com pessoal. Se as intenções das Finanças se concretizarem, a queda de 12% face aos cerca de quatro mil milhões de euros de 2009 poderá ser bem menor ou até ser ligeiramente positiva. O que virá em socorro do Governo, que tem feito um discurso musculado de defesa do investimento público. • **COM EM**

O ELEVADOR DO INVESTIMENTO

As áreas que ganham...



A agricultura, menina dos olhos de Paulo Portas, vai receber mais dinheiro.



Isabel Alçada, que pacificou os sindicatos e professores, também vai receber mais.

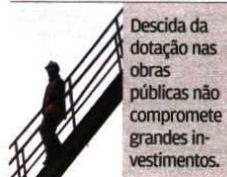


Trabalho e Segurança Social, de Helena André, vão ter mais para investir.



Sócrates redime-se do erro do mandato anterior e reforçará a cultura.

... e as que perdem dinheiro



Descida da dotação nas obras públicas não compromete grandes investimentos.



O super-ministro Vieira da Silva é outro dos sacrificados no investimento.

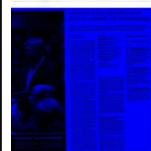


A Ciência, área de eleição do anterior mandato, vai perder verbas para investir.



Oposição conhece

Os ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares vão reunir-se segunda-feira de manhã com delegações dos



Pedro Elias



Governo força desistência do PSD no subsídio de desemprego

PSD “contenta-se” com mexida no subsídio social, deixando cair proposta incómoda para o Governo na véspera do OE

ANTÓNIO LARGUESA*
alarguesa@negocios.pt

O PSD deixou cair a proposta para alargar por seis meses a atribuição das prestações de subsídio de desemprego que cessem em 2010. A decisão foi tomada precisamente na véspera do debate parlamentar em que o diploma iria ser aprovado pelos restantes partidos da oposição e apenas um dia depois do Governo classificar a medida como “incomportável, dentro ou fora do Orçamento”.

A retirada desta proposta apanhou inclusive de surpresa o coordenador dos deputados sociais-democratas na Comissão de Trabalho e Segurança Social, que não escondeu, ao **Negócios**, algum mal estar com a decisão da direcção. Tanto mais que ainda na quarta-feira o relatório da proposta fora votado na comissão, onde recebeu “luz verde” para que hoje fosse discutida e votada na generalidade.

“Fiquei surpreendido, a notícia foi dada hoje [ontem] de manhã aos deputados pela direcção do grupo parlamentar. Não sei o que se passou”, admitiu Adão Silva. “No programa eleitoral do PSD temos como acção prioritária a defesa das pessoas na situação de desemprego. Este diploma [entretanto retirado] plasmava essa promessa”, acrescentou.

Questionada pelo **Negócios**, fonte do Executivo de José Sócrates respondeu quarta-feira não haver “disponibilidade financeira para suportar” um aumento das ajudas, calculando em 122,4 milhões o custo da proposta laranja para o alargamento excepcional do subsídio. Apesar da dramatização, a mesma fonte mostrava-se esperançada de que as propostas não avançariam à revelia do PS. Nessa noite, a delegação do PSD foi recebida no Ministério das Finanças, mas o PSD rejeita que esta decisão esteja associada à negociação em curso do Orçamento.

Ao considerar que “o objectivo da medida está cumprido” e para evitar “duplicação de soluções”, o líder parlamentar do PSD, José Pedro Aguiar-Branco, sustentou que o Governo aprovou, no âmbito da iniciativa Emprego 2010, o alargamento por seis meses do subsídio social de desemprego. Ora, a proposta laranja, entretanto retirada, referia-se ao mais geral subsídio de desemprego, uma prestação que é muito mais

Fiquei surpreendido (...), não sei o que se passou. (...) O diploma plasmava essa promessa [eleitoral do PSD para aumentar o subsídio].

ADÃO E SILVA
Coordenador do PSD na Comissão de Trabalho e Segurança Social

abrangente do que o subsídio social, que é apenas atribuído a quem pertença a famílias com muito baixos rendimentos. Uma diferença (“não é a mesma coisa”) reconhecida por Aguiar-Branco, frisando que a alteração do Governo apenas “em parte vai ao encontro daquilo que o PSD pretendia”.

Com a retirada da proposta do PSD, sobram para debate e votação no potestativo agendado para esta manhã, os projectos do BE, PCP e CDS [ver ao lado]. E se algumas destas medidas poderiam ter aprovação garantida por um entendimento entre as bancadas da oposição, este “desvio tático” do PSD veio alterar o jogo parlamentar, não estando garantidas as aprovações destes diplomas.

Sócrates e Ferreira Leite tomam “pequeno-almoço” juntos

Manuela Ferreira Leite será recebida sábado na residência oficial do primeiro-ministro, conforme solicitado pela líder laranja que queria a audiência antes da proposta do Orçamento ser entregue terça-feira e cujas “orientações” serão dadas a conhecer aos partidos da oposição na segunda.

Ontem, o CDS cumpriu a quarta ronda negocial com Teixeira dos Santos, a qual ainda decorria à hora do fecho da edição. À entrada, Luis Queiró manifestou “boa-fé e boa vontade” em chegar a acordo e considerou que o “espírito de compromisso” já deu resultados. *com **EM**

IDEIAS-CHAVE

OS PROJECTOS DE LEI QUE SÃO HOJE VOTADOS NO PARLAMENTO

1 CDS QUER MAJORAR 20% A CASAIS DESEMPREGADOS
Reforço em 20% do subsídio para casais de desemprego; entrega do remanescente do subsídio à empresa que contratar sem termo; obrigatoriedade dos organismos do Estado notificarem candidatos quando abrirem vagas para licenciados.

2 BLOCO PEDE AUMENTO DO VALOR DO SUBSÍDIO
Redução dos períodos mínimos de descontos para aceder às prestações; aumento do valor do subsídio de 65% para 70% do salário; tempo de atribuição determinado apenas em função da idade do candidato e não do tempo de descontos.

3 PCP QUER ALTERAR DAS REGRAS DE ATRIBUIÇÃO
Apoio adicional (3% salário mínimo) por cada filho a cargo; majoração do subsídio em 25% para casais; corte no prazo de garantia para atribuição do subsídio social para 90 dias.

“orientações” do OE na segunda

vários grupos parlamentares para apresentar as orientações constantes da proposta de Orçamento do Estado para 2010,

que dá entrada no dia seguinte. O documento, que está ainda a ser negociado com PSD e CDS, só será aprovado a 12 de Março.

**Especial** OE 2010

O QUE ESPERAR DO ORÇAMENTO

Sócrates promete ser o Robin dos Bosques das famílias

Tirar aos mais ricos para aliviar a factura das classes médias e baixas. É esta a promessa do Governo para o Orçamento

ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

José Sócrates deixou a promessa na campanha eleitoral e as Grandes Opções do Plano, divulgadas esta semana, confirmam-no: o Orçamento do Estado para este ano contemplará um reajustamento das regras do IRS, de modo a redistribuir melhor o imposto entre os diversos escalões de rendimento.

Se a promessa do primeiro-ministro se concretizar, então é certa a redução das deduções com despesas de saúde para as classes de rendimento mais altas (previsivelmente acima de 5.000 euros) por contrapartida de um aumento das deduções para os escalões de rendimento médios e inferiores. Na prática, isto significa equiparar as deduções com despesas de saúde ao regime que já vigora nas despesas com empréstimos à habitação: quem mais ganha tem direito a uma dedução menor (agora, todos podem deduzir 30% das despesas).

Mas o alcance redistributivo poderá não se ficar por aqui: as despesas de educação poderão passar a obedecer a este mesmo modelo. E não é de excluir que as famílias mais numerosas tenham mais uns pozinho de dedução específica por filho, caso o Governo aceda às pretensões do CDS-PP, com quem o Executivo tem vindo a afinar uma aproxima-

ção de posições para a aprovação do Orçamento do Estado.

No meio deste rearranjo fiscal, a ideia é que o Estado não fique a perder dinheiro, uma situação que complicaria a gestão orçamental nesta fase crítica que a economia atravessa. Por isso, o que se der com uma mão às classes de rendimento médio e baixo, será tirada com a outra aos escalões mais altos.

O impacto destas medidas no bolso de cada um dependerá da composição do agregado familiar e do perfil de despesas que se tenha: um agregado familiar de rendimentos altos, mas que tenha poucas despesas de saúde, por exemplo, não sentirá o agravamento fiscal. Do mesmo modo, uma família de baixos rendimentos que tenha muitas despesas de saúde também poderá não o sentir, se não chegar a ter colecta suficiente para deduzir as despesas contraídas.

Inalterados deverão manter-se os incentivos fiscais à poupança, designadamente aos planos poupança-reforma, um benefício que já esteve extinto e que José Sócrates reactivou no seu primeiro mandato. Com a aposta sucessivamente enfatizada pelo Governo nas energias alternativas, as famílias deverão ter novos benefícios fiscais para aquisição de equipamentos amigos do ambiente.

Ainda na frente fiscal, não é de esperar que o Governo avance este ano

com a tributação das mais-valias mobiliárias ou agrave a tributação de outras formas de rendimento.

Famílias trabalhadoras pobres têm subsídio. Bebés têm cheque

É também já neste Orçamento que avançam duas das medidas mais emblemáticas do Governo na área da Segurança Social. Desde logo, a conta-poupança futuro, que atribui 200 euros a cada criança que venha a nascer. Tal como o **Negócios** noticiou esta semana, este "cheque-bebé", como foi baptizado na linguagem corrente, avança com uma dotação de 20 milhões de euros neste Orçamento. Esta conta funcionará como um depósito a prazo, com um regime fiscal mais favorável ao nível do IRS sobre os juros, e só poderá ser movimentada pelo próprio jovem, quando este tiver concluído os estudos obrigatórios.

No documento que entregará na próxima terça-feira ao presidente da Assembleia da República, o Governo terá também consagrado o apoio social para as famílias trabalhadoras com filhos, que são pobres. Trata-se de um subsídio que visa cobrir a diferença entre o rendimento do agregado familiar e o valor que serve de referência para a linha de pobreza. Mas atenção: é preciso que os agregados familiares tenham rendimentos do trabalho e crianças a seu cargo.



Incerteza | A quatro dias da apresentação do Orçamento do Estado, ainda se conhecem poucas medidas concretas do Executivo

O QUE QUEREM OS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO



O CDS-PP tem uma agenda clara em matéria de apoios às famílias. Mas poderá vir a abdicar de alguns pontos para conseguir uma convergência com o Governo.

MAIS DEDUÇÕES POR FILHO

Aumentar os descontos no IRS por cada filho a cargo é uma das propostas do CDS/PP para este orçamento, que admite que a medida seja adoptada de forma gradual.

AUMENTO DAS PENSÕES...

Os populares querem aumentar as pensões mais baixas em pelo menos 10 euros. Querem ainda baixar o IRS para os reformados com pensões médias e altas.

MAIS APOIOS NO DESEMPREGO

Reforçar subsídio de desemprego em diversas situações é outro grupo de propostas do partido.



Famílias numerosas e mais carenciadas e incentivos à poupança são as prioridades do PSD.

CERTIFICADOS DE AFORRO MAIS RENTÁVEIS

Reposição do regime de certificados de aforro que existia antes, mais generoso nas remunerações. E também o restabelecimento das condições mais favoráveis para a conta poupança-emigrante.

APOIAR FAMÍLIAS NUMEROSAS

Discriminar positivamente as famílias de menor rendimento e com maior número de filhos é outra das propostas.

CONGELAR AUMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O PSD defende o congelamento dos aumentos reais dos funcionários públicos.



Miguel Baltazar



OUTRAS PROPOSTAS

REFORÇO DAS MEDIDAS SOCIAIS PARA EVITAR INSTABILIDADE

Os apoios sociais do Estado às famílias mais carenciadas e aos desempregados devem ser reforçados, defendeu recentemente o presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE). Francisco Maria Balsemão diz que "quando as pessoas deixarem de receber o subsídio de desemprego, vai-se viver um período de instabilidade social", pelo que é necessário que os apoios sejam mantidos.

SEGUROS DE SAÚDE TOTALMENTE DEDUTÍVEIS NO IRS

As companhias de seguros querem que o Governo permita que as despesas das famílias com seguros de saúde possam ser totalmente deduzidas no IRS, tendo apenas como tecto um limite de 30%. A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) reclama que estes gastos devem ter o mesmo tratamento fiscal que as restantes despesas médicas no IRS (agora, genericamente, são dedutíveis 30% dos prémios até um máximo de 84 euros por pessoa).

SENHORIOS SEMPRE A PAGAR 20% DE IRS

Quem tem imóveis arrendados deve pagar uma taxa de IRS fixa, de 20%, independentemente do nível de outros rendimentos de que usufrua. É uma das propostas da Associação Industrial Portuguesa em sede de tributação dos rendimentos das famílias.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS COM SALÁRIOS CONGELADOS

João Salgueiro é apenas um dos vários economistas a defender que os funcionários públicos não devem ter aumentos reais este ano. As razões são a necessidade de contenção da despesa e o facto de já terem conquistado algum poder de compra em 2009. Os sindicatos estão naturalmente contra e pedem actualizações salariais entre os 2,5% e os 4,5% (para uma inflação que deverá andar em torno de 1%).

GRADUAR O IMI EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS

A Associação de Famílias Numerosas tem proposto que o imposto municipal sobre imóveis leve em consideração o número de filhos do agregado familiar. O mesmo pedido é feito para as deduções das despesas com aquisição de casa própria ou com renda: quanto maior o agregado, maior deve ser a dedução.

Antevisão do OE 2010

● ELSA MARTINS, JORGE LAIRES E JOANA COUTINHO

PricewaterhouseCoopers

Impostos sobre o património e do Selo

O relatório do "Grupo para o estudo da política fiscal" recentemente apresentado propõe um novo paradigma de tributação do património de ruptura com o actual modelo, nomeadamente sugerindo a tributação do património como elemento preponderante do ordenamento do território e a tendencial extinção do IMT.

Não é de todo expectável que o OE 2010 vá operar uma reforma desta natureza. Em todo o caso, são apresentadas no relatório algumas medidas pontuais que poderão vir a ser implementadas a curto prazo, de entre as quais merece destaque a redução do número de isenções existentes no IMI, acompanhada de uma redução das taxas aplicáveis; a sujeição da propriedade rústica a uma tributação muito moderada; face à crise do mercado imobiliário, a criação de uma "Bolsa Imobiliária Municipal" para colocação de prédios destinados a venda, em que estes beneficiariam de uma redução significativa do IMI enquanto não fossem vendidos.

A eliminação da actual incidência de IMT nas transmissões de imóveis sujeitas a IVA encontra-se igualmente num horizonte provável, mas certamente não numa época de pressões orçamentais como a que vivemos.

Mais certo parece o já habitual aumento anual dos limites dos escalões de tributação em sede de IMT, no caso de aquisição de prédio destinado a habitação, com vista à actualização desses escalões de acordo com os índices da inflação.

Quanto ao Imposto do Selo (IS), alguns dados publicados recentemente apontam para que 70% da receita deste imposto tenha origem na tributação das operações financeiras e dos prémios de seguros. Este dado reforça uma convicção, já antiga, de que os restantes factos sujeitos a IS "não dão para o gasto", exigindo-se por isso medidas de simplificação e racionalização do imposto, com vantagens para a Administração Tributária e contribuintes.

Antevê-se que esta medida de simplificação iniciada no ano passado possa este ano ir um pouco mais longe, através da abolição de mais alguns factos sujeitos a IS.

Tem particular relevo o caso do IS incidente sobre as transmissões de imóveis, à taxa de 0,8%, que actualmente acumula com a tributação em IMT. Foi recentemente noticiada a possibilidade de eliminação deste IS, embora provavelmente conjugada com um aumento da taxa de IMT que compense a perda de receita de IS.

De resto, os dias estão contados para o IS incidente, entre outros, sobre o arrendamento (10% sobre o valor de uma renda), os escritos de contratos (5 euros por contrato) e os livros de escrituração de comerciantes e empresas (os velhos livros "selados", que deixarão de ser com a extinção do imposto).

Não apenas por simplificação, mas também por questionável conformidade com o direito comunitário, se deve ponderar a tributação em IS das entradas de capital nas sociedades, embora não se antecipe uma eliminação já em 2010. Deve também prestar-se especial atenção ao controverso IS incidente sobre o trespasses, que nasceu torto há alguns anos e que parece tardar em endireitar-se, introduzindo-se, pelo menos, regras clarificadoras.

Concluindo, dir-se-á que existem sinais de algum reformismo no que respeita à estrutura destes impostos, mas não nos parece que 2010 venha a ser um ano particularmente agitado no que se refere a reformas fiscais. Por outro lado, as medidas de desagravamento fiscal, ainda que preconizadas, terão certamente de esperar melhores dias.

elsa.silva.martins@pt.pwc.com

jorge.laires@pt.pwc.com

joana.lopes.coutinho@pt.pwc.com



As questões em torno do mercado de trabalho, dos salários e das pensões são algumas das prioridades do PCP.

AUMENTO DE SALÁRIOS E PENSÕES

Para os comunistas, é essencial uma revalorização dos salários e pensões para aumentar o nível de vida e lançar o consumo.

LIMITES AOS JUROS NOS EMPRÉSTIMOS

O PCP quer que seja imposto um tecto máximo aos "spreads" que a Caixa Geral de Depósitos pode cobrar aos clientes.

REDUÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO PARA 35 HORAS

Redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas e o reforço do subsídio de desemprego são outras propostas.



Aumentar o IRS para rendimentos mais altos e reduzir as deduções são linhas de acção do BE.

CORTAR NAS DEDUÇÕES E SUBIR IRS

Reduzir ao máximo as deduções fiscais em IRS e criar um novo escalão de 45%.

MÉDICOS DE FAMÍLIA PARA TODOS

Médicos de família para todos e a garantia de cirurgias a tempo e horas são propostas na área da saúde.

REFORÇO DO RSI E DAS PENSÕES MÍNIMAS

Majorar o rendimento social de inserção para as famílias em pobreza extrema e elevar as pensões mínimas. Os bloquistas querem ainda aumentar a pensão social de invalidez.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Lucros do Estado em participações públicas no maior valor de sempre

Em ano de crise, Estado conseguiu receber 574,1 milhões de euros em dividendos das empresas suas participadas



Emanuel dos Santos | Os dividendos ajudaram o secretário de Estado do Orçamento a compor o défice público.

PEDRO ROMANO
proman@negocios.pt

As participações sociais do Estado deram um precioso contributo em 2009 para compor o estado das contas públicas portuguesas. Segundo o boletim de Execução Orçamental publicado anteontem pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), que fecha oficialmente o ano de 2009, o Estado arrecadou 574,1 milhões de euros em dividendos. Em altura de crise, os lucros distribuídos conseguiram mesmo atingir o maior valor de sempre (ver gráfico).

Os dividendos são o resultado de lucros pagos quer por empresas privadas, nas quais o Estado detém alguma participação – a PT Comunicações é um exemplo –, quer por empresas completamente públicas. Isto porque, apesar de uma parte do sector empresarial do Estado gerar de facto um prejuízo operacional – Refer e CP são os casos mais óbvios –, a verdade é que nas participações públicas contam-se também “gigantes” altamente lucrativos, como a Caixa Geral de Depósitos.

Segundo a Execução Orçamental de 2009, os 574 milhões obtidos em 2009 ultrapassaram marginalmente os valores obtidos nos três anos anteriores e cavaram um fosso face aos resultados de 2005, um ano mau para as participações públicas. Isto reforça a ideia de que, em ano de crise, as empresas

participadas pelo Estado conseguiram, ainda assim, navegar em águas pouco agitadas.

No capítulo dos rendimentos de propriedade, o Estado conseguiu ainda encaixar cerca de 25 milhões de euros em juros cobrados a outras entidades. O boletim não identifica os organismos que tiveram de pagar os juros em questão, mas a verdade é que todos os anos o Estado emite garantias sobre a dívida de empresas que são concedidas contra o pagamento de juros.

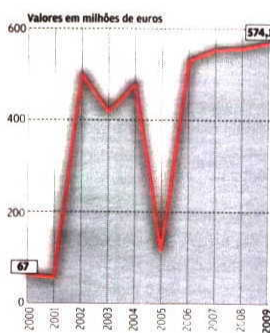
A importância dos rendimentos de propriedade – que incluem juros e dividendos – nota-se nas contas do défice. Apesar de esta rubrica só representar 1,7% do total das receitas – a componente fiscal é a fatia de leão –, sem ela o défice do subsector Estado teria atingido 14,7 mil milhões de euros, ultrapassando o limite legal fixado no Orçamento.

IVA tira 2,5 mil milhões

E é na quebra da receita fiscal que reside a explicação para a degradação das contas públicas. Só a diminuição da receita do IVA retirou cerca de 2,5 mil milhões de euros aos cofres do Estado.

Mas a receita fiscal que mais caiu foi a relativa ao Imposto sobre Veículos, que acusou a queda acelerada das vendas de automóveis e recuou 24,4%. O IRS, apesar do aumento do desemprego, acabou por registar o melhor comportamento, ao cair “apenas” 4,1%.

DIVIDENDOS SOBEM
LUCROS DE PARTICIPAÇÕES EM MILHÕES DE EUROS



Fonte: DGO

Em ano de crise, o Estado conseguiu recolher bons dividendos das participações em empresas públicas e privadas. Na verdade, este é o valor mais alto desde pelo menos 1997, o período mais distante para o qual a Direcção-Geral do Orçamento disponibiliza dados comparáveis.

SEGURANÇA SOCIAL

Desemprego reduz para metade o excedente orçamental

O excedente da Segurança Social caiu de forma abrupta em 2009, perdendo cerca de mil milhões de euros face a 2008. Mas o aumento do desemprego, que fez disparar as despesas com subsídios, representa quase metade deste recuo.

As contas são fáceis de fazer. No ano passado, os gastos da Segurança Social com subsídio de desemprego cresceram 30,5%, o que representa um acréscimo de 475 milhões de euros. Este valor representa cerca de 45% da diminuição do saldo do subsector da Segurança Social.

E a estimativa é conservadora, já que leva apenas em conta os efeitos directos do desemprego. Uma contabilização mais minuciosa teria de considerar a diminuição das contribuições sociais pelo facto de haver menos empregados a descontar.

O excedente da Segurança Social foi, nos últimos anos, a “bóia de salvação” do Executivo na altura de apurar os números

477,8
O Estado teve de gastar mais 477,8 milhões de euros com subsídios de desemprego em 2009.

do défice, ao acumular sucessivos excedentes que permitiram compensar os défices do Estado. A Comissão Europeia, recorde-se, só olha para o valor do défice global das Administrações Públicas (que inclui o Estado, as Autarquias, os Fundos autónomos e a Segurança Social).

Mas a subida do desemprego – que, num ano, passou de 7,7% para 9,3% – deitou por terra a pretensão de repetir os resultados de anos anteriores. Em 2010 – dizem tanto o Fundo Monetário Internacional, como a Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económica – a destruição de emprego deverá continuar.

O Rendimento Social de Inserção foi outra das rubricas que acusaram a crise, ao obrigar o Estado a gastar mais 19,3% do que no ano passado. Ainda assim, as despesas com o RSI não ultrapassavam, em 2008, os 425 milhões de euros, pelo que a subida se traduziu num acréscimo marginal de apenas 82 milhões de euros. **PR**

FUNDOS AUTÓNOMOS

SNS gasta mais mas consegue sair do vermelho

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) conseguiu obter um excedente orçamental de 130,8 milhões de euros em 2009, depois de ter atingido um défice de 16 milhões de euros no ano anterior.

E este resultado foi obtido num período em que a despesa dos hospitais públicos até aumentou, impulsionada sobretudo pelas compras de bens e serviços, que cresceram face ao ano passado.

A explicação está no aumento das transferências do Orçamento do Estado, que mais do que compensaram a derrapagem registada ao nível da despesa. De acordo com o boletim da Direcção-Geral do Orçamento, o Estado português concedeu mais 300 milhões de euros aos hospitais do que no exercício anterior.

A opção já tinha, aliás, sido assumida pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, aquando da apresentação da se-

Explicação para o excedente está no aumento das transferências do Orçamento do Estado, que aumentaram 300 milhões de euros.

gunda alteração ao Orçamento do Estado, feita no mês de Novembro. Na altura, o ministro Teixeira dos Santos justificou o aumento destas transferências com a necessidade de dar resposta às situações de Gripe A no País.

Finalmente, o sector dos Fundos e Serviços Autónomos – que engloba não apenas o SNS mas também as Universidades Públicas – teve um resultado global positivo de 226 milhões de euros, perdendo cerca de 140 milhões face a 2008. Este valor vai, ainda assim, dar um contributo positivo para o apuramento do défice das Administrações Públicas, juntando-se ao excedente verificado no subsector da Segurança Social (ver texto ao lado). **PR**



ACORDO COLECTIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UGT quer não filiados a pagar pelas conquistas sindicais no Estado

Governo quer alargar novos benefícios nos horários do Estado a funcionários não sindicalizados. Sindicatos recusam e lembram os custos do acordo

RAQUEL MARTINS

raquelmartins@negocios.pt

Os sindicatos da UGT vão opor-se à extensão do acordo que regula a jornada contínua ou o teletrabalho no Estado aos funcionários públicos não sindicalizados. Tanto o Sindicato dos Quadros Técnicos (STE) como a Frente Sindical para a Administração Pública (FESAP) discordam da decisão do Governo e defendem que devia ser cobrada uma quota aos trabalhadores que beneficiarem do contrato colectivo.

“Vamos opor-nos à extensão porque entendemos que prejudica os sindicalizados nas nossas organizações, que sustentaram o processo negocial”, alega Jorge Nobre dos Santos, coordenador da FESAP.

Uma das soluções para ultrapassar

esta situação poderá passar por cobrar uma quota, ainda que reduzida, aos trabalhadores não filiados, mas a FESAP ainda não decidiu se vai propor essa solução ao Governo.

O STE vai mais longe e exige que alguém se responsabilize pelos custos inerentes ao processo negocial. “As negociações foram conduzidas pelas organizações sindicais, que tiveram de mobilizar meios para participar no processo. O Governo não pode simplesmente estender o acordo a outros sem assumir esse custo”, frisou o presidente da organização, Bettencourt Picanço.

Desde Novembro do ano passado, perto de 153 mil funcionários filiados no STE e na FESAP estão abrangidos pelo contrato colectivo, o que lhes permite trabalhar a partir de casa, concentrar o horário numa parte do dia e beneficiar do

pagamento de horas nocturnas durante um período mais alargado. De fora ficaram os trabalhadores não sindicalizados, pelo que o Governo decidiu publicar um regulamento de extensão para que não haja condições de trabalho diferenciadas.

É contra esta extensão, que está em consulta pública, que os sindicatos se insurgem. Contudo, esta posição não impedirá que o Governo faça publicar o regulamento, já que pode alegar motivos de interesse público.

O acordo da UGT também não abrange os trabalhadores filiados na Frente Comum, mas a organização afecta à CGTP está a negociar um acordo próprio. A última reunião decorrerá esta tarde no Ministério das Finanças e fontes sindicais acreditam que haverá entendimento com o Governo.



Bettencourt Picanço, líder do STE, diz que alguém tem de pagar os custos da negociação.

**Sindicatos
querem que seja
cobrada uma
quota aos não
sindicalizados.**

Oito mil funcionários terão avaliação curricular

O secretário de Estado da Administração Pública garantiu ontem que serão cerca de oito mil os trabalhadores da Administração Central a recorrer este ano à avaliação por ponderação curricular. Gonçalo Castilho dos Santos garante que já há um consenso alargado em torno dos critérios a que deve obedecer esta avaliação e quer concluir o processo na próxima semana. Contudo, os sindicatos não estão satisfeitos e alegam que a proposta do Governo que será aplicada aos trabalhadores não avaliados, aos dirigentes e aos trabalhadores que estiveram em gabinetes de ministros e que querem progredir na carreira de origem não tem equidade. A avaliação vai depender da experiência profissional, que tem um peso de 60% na nota final, da formação, que pesa 20%, e do exercício de cargos dirigentes ou funções de relevante interesse público, que terá um contributo de 20%.



Ganhos do Estado com participações públicas no valor mais alto de sempre **Economia 34**



OE

2010

Agricultura
ganha o maior
aumento no
investimento
público

● **Saiba o que**
já pode esperar
nos impostos

Economia 30